


05 

2424408

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE  
ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA,  
COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA UNIÃO DE LOJAS  
LEADER S.A.**





*entre*

**UNIÃO DE LOJAS LEADER S.A.,**  
*como Emissora*

*e*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS S.A.,**  
*representando a comunhão dos titulares das Debêntures*

\_\_\_\_\_  
Datado de  
05 de julho de 2013  
\_\_\_\_\_

06 *f*

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA UNIÃO DE LOJAS LEADER S.A.**

Pelo presente instrumento, como emissora:

**UNIÃO DE LOJAS LEADER S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Visconde do Rio Branco, nº 511 - complemento 401-parte, CEP 24.020-004, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 30.094.114/0001-09, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia");

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista");

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da União de Lojas Leader S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

*[Handwritten signatures and initials]*



07

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação tomada em assembleia geral extraordinária da Emissora realizada em 05 de julho de 2013 ("AGE"), na qual foram aprovadas (a) a Emissão e a Oferta Restrita (conforme abaixo definidas), bem como seus termos e condições; e (b) autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

## CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, pela Emissora (respectivamente, "Emissão" e "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("ANBIMA").

2.1.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (respectivamente, "Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada de registro perante a CVM.

2.1.1.2. Além disso, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA.



28/4

2.1.2. *Arquivamento e Publicação da AGE*

2.1.2.1. A ata da AGE será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e (ii) no "Brasil Econômico", nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata de AGE devidamente arquivada na JUCERJA, em até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da data de arquivamento.

2.1.3. *Inscrição e Registro desta Escritura de Emissão*

2.1.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJA, conforme o disposto no Artigo 62, inciso II e parágrafo 3º do mesmo artigo da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser levados a registro, em até 1 (um) Dia Útil contado de sua(s) assinatura(s) pela Emissora e pelo Agente Fiduciário.

2.1.3.2. Uma via original desta Escritura de Emissão devidamente registrada na JUCERJA será entregue ao Agente Fiduciário, em até 02 (dois) Dias Úteis contados a partir da data de arquivamento.

2.1.4. *Registro para Colocação e Negociação*

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"); e (ii) negociação, observado o disposto no item 2.1.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), também administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.4.2. Não obstante o descrito no item 2.1.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas (i) depois de decorridos 90 (noventa) dias de

R  
des.



09 *[Handwritten signature]*

sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, e (ii) nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, entre investidores considerados como qualificados, nos termos do artigo 4º da Instrução da CVM 476 ("Investidores Qualificados") e (iii) observado o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

### **CLÁUSULA III**

#### **CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

##### **3.1. Objeto Social da Emissora**

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (I) comércio varejista, importação e exportação de: (a) calçados em geral (inclusive botas e perneiras); (b) artigos de vestuário e complementos para todas as idades e sexos, inclusive lingerie, roupa de praia, bonés, chapéu, guarda chuvas, bengalas e guarda-sóis; (c) artigos de viagem, malas e bolsas; (d) tecidos e artigos de armarinho; (e) roupas de cama, mesa e banho; (f) assessórios e objetos de arte; (g) artigos de utilidade doméstica, inclusive louças, cerâmicas, porcelanas, vidros e artigos de barro e de cutelaria; (h) instrumentos musicais e assessórios; (i) brinquedos e artigos recreativos; (j) bicicletas veículos não motorizados e automotores de baixa cilindrada, assessórios e material esportivo em geral; (k) artigos de relojoaria e joalheria, inclusive bijuterias, óculos de sol e de grau; (l) produtos de limpeza doméstica e produtos saneantes; (m) artigos de perfumaria, cosméticos e de higiene pessoal; (n) máquinas, aparelhos e equipamentos elétricos e eletrônicos, bem como ferramentas de pequeno porte de uso doméstico e pessoal; (o) plantas e flores naturais e artificiais e frutos ornamentais; (p) revistas, jornais e publicações periódicas; (q) livros, impressos de todos os tipos, artigos de papelaria e de escritório, inclusive embalagens; (r) outros produtos não especificados anteriormente, tais como, mas não se limitando a, artigos religiosos, artigos para festas e para bebês; (s) artigo de decoração de interiores, de mobiliários em geral e acolchoados; (t) artigos de tapeçaria; (u) máquinas, equipamentos e materiais de bricolagem, marcenaria e jardinagem; (v) equipamentos de informática em geral, bem como equipamentos e matérias de comunicação; e (x) discos e fitas. (II) indústria de confecção, facção e estamparia, cujas atividades não serão executadas nos estabelecimentos com

*[Handwritten signature]* *[Handwritten initials]*

domicílio no estado do Espírito Santo. (III) comércio eletrônico ou e-commerce, por meio da rede mundial de computadores (internet), ou ainda por telefone, telemarketing, catálogo, televisão ou outros canais e/ou mídias eletro eletrônicas de todos os bens, equipamentos e produtos descritos no item I acima. (IV) importação e exportação dos artigos elencados no item I acima, que será realizada pelos estabelecimentos que forem definidos como Centro de Distribuição, sendo que os estabelecimentos (filiais) com domicílio no estado do Espírito Santo não realizarão importação e/ou exportação. (V) prestação de serviços de: (a) recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança; (b) recebimentos e pagamentos relativos a contas de depósito à vista, a prazo e de poupança, bem como a aplicações e resgates em fundos de investimentos; (c) recebimentos, pagamentos e outras atividades decorrentes de convênios de prestação de serviços; (d) execução ativa ou passiva de ordens de pagamento em nome do contratante; (e) recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimo e de financiamentos; (f) análise de crédito e cadastro; (g) execução de serviços de cobrança; (h) recepção e encaminhamento de propostas de emissão de cartões de crédito; (i) outros serviços de controle, inclusive processamento de dados, das operações pactuadas; (j) assessoria e consultoria ligadas ao varejo, inclusive aqueles que possam ser realizados por meio da rede mundial de computadores (internet), ou outros de informática e/ou mídias televisivas, telefônicas e/ou eletro eletrônicas, especialmente voltadas para o comércio varejista; e (k) intermediação e congêneres, inclusive de correspondente bancário, e demais atividades relacionadas com o crédito virtual, especialmente seu processamento, permitidas pela legislação em vigor. (VI) centros de distribuição, logística e transportes.

### **3.2. Número da Emissão**

3.2.1. Esta Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

R

R  
all.

Q



1)

### **3.3. Valor Total da Emissão**

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida na Cláusula 4.1.2 abaixo).

### **3.4. Número de Séries**

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

### **3.5. Quantidade de Debêntures**

3.5.1. Serão emitidas 300 (trezentas) Debêntures.

### **3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

3.6.1. O Banco Liquidante será o Itaú Unibanco S.A, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), e o Escriturador Mandatário será a Itaú Corretora de Valores Mobiliários, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

### **3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição**

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação, para o montante de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) com intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder") e do HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC" e, em conjunto com Itaú BBA, "Coordenadores" e cada um individualmente como "Coordenador"), a ser prestada de forma individual e não solidária, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da

des.



92 *[Handwritten signature]*

Espécie Quirografia, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, em Série Única, da 1ª Emissão da União de Lojas Leader S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Colocação").

3.7.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.7.2.1. O prazo máximo de colocação das Debêntures será de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de início da distribuição ("Prazo de Colocação").

3.7.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.7.4. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca desta Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (ii) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.7.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita.

### **3.8. Destinação dos Recursos**

3.8.1. Os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados para a aquisição de participação no capital das sociedades Seller MNT Magazine Ltda., Seller Magazine Ltda., Seller P.P.F. Tecidos Ltda., Depósito de Tecidos Fatex Ltda. e Seller Fatex Magazine Ltda. ("Aquisição").

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*





13

3.8.2 Somente na hipótese da Aquisição não ser aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE ou as condições precedentes previstas no contrato de aquisição não se verificarem, a Emissora, poderá, alternativamente, utilizar os recursos obtidos com a Emissão para financiar seu capital de giro.

#### **CLÁUSULA IV**

#### **CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

##### **4.1. Características Básicas das Debêntures**

##### **4.1.1. Valor Nominal Unitário**

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Nominal Unitário").

##### **4.1.2. Data de Emissão**

4.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 26 de junho de 2013 ("Data de Emissão").

##### **4.1.3. Prazo e Data de Vencimento**

4.1.3.1. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 23 de dezembro de 2013, ressalvados os eventos de vencimento antecipado previstos na Cláusula VI abaixo, de Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido abaixo) ou de resgate antecipado em decorrência da Indisponibilidade da Taxa DI conforme previsto na Cláusula 4.6.2.5 abaixo ("Data de Vencimento").

wa.



4.1.4. *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21 terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

4.1.6. *Conversibilidade e Permutabilidade*

4.1.6.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora e nem permutáveis em ações de outra empresa.

4.1.7. *Espécie*

4.1.7.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, e não conferindo qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas.

**4.2. Subscrição**

4.2.1. *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, durante o Prazo de Colocação, a partir do início da distribuição, observado os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Colocação e na Instrução CVM 476.

15



2424400

#### 4.2.3. *Preço de Subscrição*

4.2.3.1. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definida na Cláusula 4.6 abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva integralização, observado o disposto no inciso II do artigo 4º da Instrução CVM 476.

#### 4.3. **Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com os procedimentos do MDA adotados pela CETIP.

#### 4.4. **Direito de Preferência**

4.4.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

#### 4.5. **Atualização do Valor Nominal**

4.5.1. As Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente.

#### 4.6. **Remuneração**

4.6.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros correspondentes a 113,80% (cento e treze inteiros e oitenta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo* ("Taxa DI"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)) ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, na Data de Vencimento.



16

4.6.2. O cálculo dos juros remuneratórios obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

- J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:


- k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até n;
- n = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo "n" um número inteiro;
- p = percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a 113,80 (cento e treze inteiros e oitenta centésimos); e
- $TDI_k$  = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left[ \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right] - 1$$

onde:

$DI_k$  = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP,

mu.

17 

expressa na forma percentual ao ano, válida por 1  
(um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas)  
casas decimais

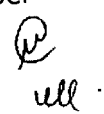
4.6.2.1. O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- (i) O fator resultante da expressão  $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP; e
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento

4.6.2.2. Observado o quanto estabelecido no item abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável ("Indisponibilidade da Taxa DI").

4.6.2.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis acima ou da data de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, assembleia geral de debenturistas ("AGD") para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser



  
ull.





18

aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, as fórmulas do item acima e na apuração de  $TDI_k$  será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.6.2.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.6.2.5. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculadas *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão. Neste caso, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de  $TDI_k$  o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Cláusula 4.6 e seguintes desta Escritura de Emissão para fins de cálculo da Remuneração.

4.6.2.7. Para fins desta Escritura de Emissão, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional na República Federativa do Brasil ou feriado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e/ou na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

4.6.2.8. Para fins desta Escritura de Emissão, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (exclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da Remuneração correspondente ao período (inclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

R

@

uu.

R



19

#### **4.7. Amortização e Pagamento da Remuneração.**

4.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures e a Remuneração serão integralmente pagos na Data de Vencimento, ressalvada a hipótese de declaração de vencimento antecipado das Debêntures previstos na Cláusula VI, de Resgate Antecipado Obrigatório ou de resgate antecipado das Debêntures por Indisponibilidade da Taxa DI, conforme previsto na Cláusula 4.6.2.5 acima.

#### **4.8. Repactuação Programada**

4.8.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

#### **4.9. Condições de Pagamento**

##### **4.9.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária**

4.9.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pelo Banco Liquidante.

4.9.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Escriturador Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

uu.



20

#### 4.9.2. *Prorrogação dos Prazos*

4.9.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e/ou na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

#### 4.9.3. *Encargos Moratórios*

4.9.3.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, ressalvado o disposto no item 4.9.2 acima, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").

#### 4.9.4. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.9.4.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora em razão das Debêntures nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

u.





21

#### **4.10. Publicidade**

4.10.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOERJ, na forma de "Aviso aos Debenturistas" e no "Brasil Econômico", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação na data da sua realização.

### **CLÁUSULA V RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA**

#### **5.1. Resgate Antecipado Obrigatório**

5.1.1. A Companhia deverá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, no dia útil subsequente a data da liquidação financeira de oferta pública de debêntures de sua segunda emissão, a ser realizada nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, ("Resgate Antecipado Obrigatório" e "Data do Resgate Antecipado Obrigatório", respectivamente). Não haverá resgate antecipado parcial das Debêntures.

5.1.2. A Emissora realizará o Resgate Antecipado Obrigatório por meio de comunicação a ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, mediante publicação de aviso aos Debenturistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da Data do Resgate Antecipado Obrigatório ("Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório").

5.1.3. A Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório deverá descrever os principais termos e condições do Resgate Antecipado Obrigatório, incluindo, mas não se limitando: (i) a Data do Resgate Antecipado Obrigatório; e (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Obrigatório.

5.1.4. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Obrigatório será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido da

uli.



22

Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data do Resgate Antecipado Obrigatório.

5.1.5. A CETIP, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário deverão ser comunicados da realização do Resgate Antecipado Obrigatório com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da Data do Resgate Antecipado Obrigatório.

5.1.6. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

## **5.2. Aquisição Facultativa**

5.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, observados os termos do artigo 13 da Instrução CVM 476 e o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

## **CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO**

### **6.1. Vencimento Antecipado Automático**

6.1.1. O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, exigindo o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos

R  
R  
ur.



23

desta Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) pedido, por parte da Emissora, de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou, se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou ainda, se a Emissora formular pedido de autofalência; ou se a Emissora sofrer liquidação, dissolução ou extinção, ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável, incluindo acordo de credores;
- ii) na hipótese desta Escritura de Emissão tornar-se comprovadamente inexecutável ou inválida nos termos da legislação aplicável;
- iii) aplicação dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa da descrita nesta Escritura de Emissão;
- iv) falta de cumprimento pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- v) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida bancária ou de mercado de capitais local ou internacional, cujo valor individual e/ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- vi) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu estatuto social, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas, caso a Emissora esteja inadimplente com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;



24

- vii) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, sem a anuência prévia de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- viii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- ix) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações da, ou pela, Emissora, excetuando-se desse item (a) reorganização societária em que haja a anuência prévia de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate antecipado das Debêntures em circulação de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento; ou (c) pela incorporação ou incorporação de ações (i) pela Emissora (de modo que a Emissora seja a incorporadora), de qualquer controlada, de ações de qualquer controlada ou de parcela cindida de qualquer controlada; (ii) pela Emissora de qualquer sociedade, de ações de qualquer sociedade ou de parcela cindida de qualquer sociedade, seja ela ou não parte relacionada da Emissora, no âmbito de uma operação de aquisição em que o pagamento seja feito, no todo ou em parte, por meio de emissão ou entrega de ações da Emissora.
- x) redução do capital social da Emissora em inobservância ao disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações e sem a anuência prévia de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- xi) se ocorrer mudança do controle acionário (direto ou indireto) da Emissora, conforme quadro societário vigente na Data de Emissão, sem a anuência prévia de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco

24

u

u



25

por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se (i) o bloco de controle constituído for formado pelo BTG Pactual (conforme abaixo definido), o qual deverá ter a maioria de votos no referido bloco de controle. Para fins deste item 6.1.1.(xi), "BTG Pactual" significa o Banco BTG Pactual S.A., seus controladores, diretos ou indiretos, ou sociedades, fundos de investimentos em participações, entidade ou organização por eles controlados, direta ou indiretamente;

6.1.2. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão.

6.1.3. Para fins desta Cláusula 6.1, os valores apresentados em reais serão reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("IPCA").

## **6.2. Vencimento Antecipado Não Automático**

6.2.1. O Agente Fiduciário deverá convocar AGD, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da eventual não declaração do vencimento antecipado das obrigações da Emissora referentes às Debêntures sendo que, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, que não seja sanada no prazo de cura específico,

R  
ell



26 *[Handwritten signature]*

caso haja, ou no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;

- ii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- iii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, consideradas relevantes para a manutenção das atividades desenvolvidas pela Emissora;
- iv) mudança ou alteração do objeto social da Emissora de forma a alterar suas atuais atividades principais ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas, salvo se aprovada por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- v) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora, desde que a Emissora não obtenha efeito suspensivo de tal ato no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do conhecimento do ato;
- vi) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou laudo arbitral definitivo contra a Emissora, que não caiba qualquer tipo de manifestação, em valor individual igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- vii) protesto de títulos contra a Emissora em valor, que individualmente ou de forma agregada de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o seu equivalente em outras moedas, salvo se (a) a Emissora comprove que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, no prazo de até 15 (quinze) dias do protesto; (b) o protesto for cancelado, sustado

*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten signature]*



27

judicialmente, em qualquer hipótese, no prazo de até 5 (cinco) dias do protesto, ou (c) tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário;

- viii) caso o Banco Bradesco S.A. deixe de fazer parte do grupo de controle de forma direta ou indireta e/ou deixe de exercer poder de gestão das atividades e orientar o funcionamento dos órgãos da administração da Leader S.A. Administradora de Cartões de Crédito, nos termos do artigo 116 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, de forma compartilhada com a Companhia, conforme acordo de acionistas celebrado entre o Banco Bradesco S.A., a Emissora e outras pessoas físicas e jurídicas signatárias, em 28 de maio de 2012, arquivado na sede da Leader S.A. Administradora de Cartões de Crédito.

6.2.2. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos neste instrumento, inclusive o de declarar o vencimento antecipado.

6.2.3. Caso a AGD mencionada no item 6.2.1 acima não seja instalada por falta de quórum, em primeira e segunda convocações, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.2.4. Uma vez instalada a AGD prevista no item 6.2.1, será necessário o quórum especial de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

6.2.5. Uma vez declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia para CETIP, e (b) ao Banco Liquidante informando o vencimento antecipado.



28

6.2.6. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos deverá ser efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento da carta mencionada no item 6.2.5 acima pela Emissora, sob pena do disposto no item 6.2.7 abaixo. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça por meio da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.2.7. Caso a Emissora não proceda o pagamento das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

6.2.8. Para fins desta cláusula 6.2, os valores apresentados em reais serão reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA.

## **CLÁUSULA VII**

### **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

7.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras publicadas e completas relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia com o cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura





29

de Emissão; e (3) cópia atualizada do organograma do grupo societário da Emissora;

- b) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), por meio de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- c) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.1 e 6.2 em até 1 (um) Dia Útil contados da data em que a Emissora tomou conhecimento de tais eventos;
- d) aviso aos Debenturistas, fatos relevantes conforme definidos na Instrução da CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, possam influir de modo ponderável o interesse dos Debenturistas, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- e) (i) documentos que comprovem a Aquisição, podendo ser, mas não se limitando, a cópia do livro de registro de ações nominativas, da alteração do contrato social ou certidão expedida pela Junta Comercial competente, caso os recursos sejam utilizados para tal finalidade; ou (ii) declaração dos administradores da Emissora acerca da utilização dos recursos provenientes da Emissão para financiamento do capital de giro, conforme o caso, na forma da Cláusula 3.8.1 acima, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da integral utilização dos referidos recursos;

R

de



30

- ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros contábeis de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- iv) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, Debenturistas e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente e de forma relevante sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares de Debêntures;
- v) informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto para disponibilização do relatório anual. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle da Emissora, no encerramento de cada exercício social;
- vi) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, em até 02 (dois) Dias Úteis, nos termos da Cláusula VIII desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça dentro do prazo assinalado para tal;
- vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio dos documentos e prestação das informações que lhe forem solicitadas, no prazo determinado pela referida autarquia;
- viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

R

/

del.



31

- ix) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável, comprometendo-se a notificar em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora tornem-se imprecisas, inconsistentes, incompletas ou incorretas, em relação à data em que foram prestadas;
- x) fazer com que os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Restrita sejam utilizados exclusivamente de acordo com o disposto na Cláusula 3.8 acima;
- xi) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- xii) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como de qualquer hipótese de vencimento antecipado;
- xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- xiv) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário e do Banco Liquidante;
- xv) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:

Q

@

ver.

Q



32

- a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
  - b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - d) manter os documentos mencionados no subitem "c", acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
  - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- xvi) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- xvii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;

R

R

u.

L



33 *[Handwritten signature]*

- xviii) apresentar todos os documentos e informações exigidos pela CETIP e/ou pela CVM no prazo estabelecido por essas entidades;
- xix) comparecer às AGD, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário;
- xx) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- xxi) comunicar imediatamente ao Coordenador Líder qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures;
- xxii) guardar, por 5 (cinco) anos contados da Data de Vencimento, toda a documentação relativa à Oferta Restrita, bem como disponibilizá-la ao Coordenador Líder em um prazo de até 5 (cinco) dias, após solicitação por escrito, ou no menor prazo possível, conforme exigência legal;
- xxiii) cumprir todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e necessárias para execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial;
- xxiv) comunicar em até 1 (um) Dia Útil, contado da data do evento ou situação, ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua capacidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão; *[Handwritten initials]*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



34

xxv) observar o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas aplicáveis, bem como adotar quaisquer medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão.

### **CLÁUSULA VIII**

#### **AGENTE FIDUCIÁRIO**

##### **8.1. Nomeação**

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas.

##### **8.2. Declaração**

8.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- i) não ter qualquer impedimento legal, nos termos do artigo 66, parágrafos 1º e 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;

uu.



35

- iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- vi) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- vii) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- x) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- xi) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- xii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, de acordo com os documentos e informações fornecidos pela Emissora;
- xiii) que com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea K, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que não presta serviços de agente fiduciário em outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou

*[Handwritten signatures and initials]*



36

integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário;

- xiv) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha a atuar na qualidade de agente fiduciário.

### **8.3. Substituição**

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia justificada e feita em virtude de disposição de lei ou desta Escritura de Emissão, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, a AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e de 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 8.3.6 abaixo.

8.3.2. Na hipótese de não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

vllr.





37

8.3.4. A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCERJA.

8.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.


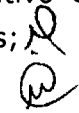

8.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá proporcionalmente ao período a ser transcorrido até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

8.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

#### **8.4. Deveres**

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;



38

- iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- v) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;
- viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- ix) solicitar às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- x) solicitar às expensas da Emissora, quando considerar necessário, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- xi) convocar às expensas da Emissora, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa

Q  
P  
llr

l



39 f

referidos na Cláusula 4.10 respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;

- xii) comparecer às AGDs a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula VI acima, de acordo com as informações prestadas pela Emissora;

R

®

llr.

l



40

- h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), da Instrução CVM 28, indicando:
  - i. denominação da companhia ofertante;
  - ii. valor da emissão;
  - iii. quantidade de debêntures emitidas;
  - iv. espécie;
  - v. prazo de vencimento das debêntures;
  - vi. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
  - vii. eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- xiv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xlii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
  - a) na sede da Emissora;
  - b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
  - c) na CVM;
  - d) na sede do Coordenador Líder;
- xv) enviar a última versão do relatório a que se refere a alínea (xiii) acima tempestivamente à Emissora, de modo que esta disponibilize-o à CVM na mesma data. O Agente Fiduciário deverá comunicar a Emissora a data em

R  
W  
W



41

- que disponibilizará o relatório e deverá encaminhar o documento à Emissora até a referida data em horário comercial;
- xvi) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.10, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiv) acima;
  - xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora, e os Debenturistas mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
  - xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
  - xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 10 (dez) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de quaisquer das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada (a) à CVM; e (b) à CETIP;
  - xx) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula VI acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos não sanados no prazo previsto;

R

R

eli.

1



42

- xxii) disponibilizar o cálculo do Valor Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

#### **8.5. Atribuições Específicas**

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- ii) requerer a falência da Emissora;
- iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. Observado o disposto na Cláusula VI (e seus itens) acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) do item 8.5.1 acima, se, convocada a AGD, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) do item 8.5.1 acima.

8.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas

R  
P  
u



43

pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.5.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

## **8.6. Remuneração do Agente Fiduciário**

8.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração: parcela única de R\$4.000,00 (quatro mil reais), devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão. Serão devidas novas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento.

u

e



44 f

8.6.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento às solicitações extraordinárias, serão devidos ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado tais fatos bem como à (i) execução das garantias, (ii) verificação de *covenants* não financeiros, (iii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagos 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

8.6.3. No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobrados, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

8.6.4. Os impostos incidentes sobre a remuneração acima estabelecida serão acrescidos às parcelas nas datas de pagamento.

8.6.5. As parcelas de remuneração serão atualizadas pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão.

8.6.6. Os serviços do Agente Fiduciário previstos nesta Escritura de Emissão são aqueles descritos na Instrução CVM nº 28 e Lei 6.404/76.

8.6.7. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas à Emissão e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais,

u.





45 f

bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

8.6.8. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

8.6.9. No caso de alteração nas características da Emissão ou em eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, fica facultada ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

8.6.10. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.6.11. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

R

W

W

f



46

### **8.7. Despesas**

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que todas as despesas acima deverão ser previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora, sempre que possível, exceto em caso de decretação de vencimento antecipado, seja ele pecuniário ou não pecuniário, em que o Agente Fiduciário não precisará obter a autorização prévia da Emissora.


8.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 5 (cinco) dias, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora, acompanhada dos comprovantes de pagamento.

8.7.3. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, despesas com *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

## **CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

### **9.1. Convocação**

9.1.1. À AGD aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

9.1.2. A AGD pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou (iv) pela CVM. 

  
du.



47 

9.1.3. A convocação da AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes nos jornais previstos no item 2.1.2 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.1.4. As AGDs deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.


9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

## 9.2. **Quorum de Instalação**

9.2.1. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum, ou administradores (conselheiros ou diretores) da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.



  
44.





48

### 9.3. Mesa Diretora

9.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

### 9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em AGD dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.4.1 acima: (i) os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, caso aplicável; e (ii) qualquer alteração (a) na Remuneração, inclusive no que dispõe a Cláusula 4.6.2.5 acima; (b) em quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (c) nos eventos previstos na Cláusula VI acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; (d) nas regras relacionadas ao Resgate Antecipado Obrigatório, previsto na Cláusula V acima; (e) na Data de Vencimento; e/ou (f) na espécie das Debêntures; em qualquer destas hipóteses, será necessária a aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 9.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória

R

R

Uli



49

9.4.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

## **CLÁUSULA X**

### **DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

10.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e o Contrato de Colocação, e a cumprir todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm plenos poderes estatutários para representar a Emissora na assunção das obrigações dispostas nesta Escritura de Emissão, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- v) a celebração dos documentos da Oferta Restrita, inclusive desta Escritura de Emissão, bem como o cumprimento das obrigações previstas nela, não infringiu qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem acarretou em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;



50 *[Handwritten signature]*

- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, adicional aos já concedidos (incluindo a aprovação da AGE), é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura de Emissão na JUCERJA e o registro das Debêntures na CETIP;
- vii) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- viii) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais, societárias e regulatórias) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas plenamente válidas e em vigor, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- ix) cumpre leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- x) cumpre o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, conforme aplicável, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social;
- xi) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar a Emissora à manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento, exceto por aqueles contratos e acordos que não afetem de forma adversa e material a sua

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



51

geração de caixa e a sua capacidade de honrar com as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;

- xii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas, informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- xiii) não tem conhecimento de qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa vir a afetar de forma adversa e material a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- xiv) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, (a) não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, (b) não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, (c) não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Emissora;
- xv) não omitiu nem omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira, bem como jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- xvi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Escritura de Emissão e não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis;

llq.



52

xvii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;

xviii) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções previstas nesta Escritura de Emissão.

10.3. A Emissora compromete-se a notificar em até 3 (três) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## **CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **11.1. Comunicações**

11.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) para a Emissora:

#### **UNIÃO DE LOJAS LEADER S.A.**

Avenida Visconde do Rio Branco, nº 511 – comp. 401-parte

CEP 24.020-004

Niterói/RJ

At.: Sr. Pedro Thompson

Tel.: (21) 3262-9600

Fax: (21) 3262-8600

E-mail: pedro.thompson@btgpactual.com

*R*

*Q*

*P*

*ue*





53

ii) para o Agente Fiduciário:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205

Rio de Janeiro, RJ

CEP 22640-100

At.: Gustavo Dezouart e Maria Carolina Vieira Abrantes

Telefone: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

E-mail: [gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br](mailto:gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br);

[ger2.agente@oliveiratrust.com.br](mailto:ger2.agente@oliveiratrust.com.br)

iii) para o Banco Liquidante:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Rua Ururai, nº 111 - Bloco B - Térreo

Tatuapé, CEP: 03084-010

São Paulo/SP

At.: Douglas Callegari

Telefone: (11) 2797-4431

Fac-símile: (11) 2797-3140

iv) para o Escriturador Mandatário:

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Rua Ururai, nº 111 - Bloco B - Térreo

Tatuapé, CEP: 03084-010

São Paulo/SP

At.: Douglas Callegari

Telefone: (11) 2797-4431

Fac-símile: (11) 2797-3140

Correio Eletrônico: [douglas.callegari@itau-unibanco.com.br](mailto:douglas.callegari@itau-unibanco.com.br)

v) para a CETIP:

**CETIP S.A. - Mercados Organizados**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-002

São Paulo/SP



54

At. Gerência de Valores Mobiliários  
Tel: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1564  
e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

#### **11.2. Renúncia**

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a quaisquer das Partes em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

#### **11.3. Despesas**

11.3.1. A Emissora arcará com todos os custos relativos à Emissão e à distribuição, incluindo sem limitação, despesas com a contratação de Agente Fiduciário, assessores legais, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e registros de documentos, que sejam expressamente aprovados pela Emissora.

PR  
u.



55

#### **11.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**

11.4.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

#### **11.5. Disposições Gerais**

11.5.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

11.5.2. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.5.3. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis do Brasil.

#### **11.6. Foro**

11.6.1. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Capital do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

R

@

da



56

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2013.

*(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)*

57 *[Handwritten signature]*

PÁGINA 1/3 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA UNIÃO DE LOJAS LEADER S.A.

**UNIÃO DE LOJAS LEADER S.A.**

<i>[Handwritten signature]</i>	<i>[Handwritten signature]</i>
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

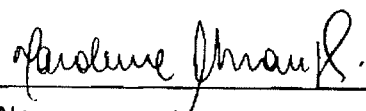
*[Handwritten mark]**[Handwritten mark]*

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
Nome: UNIAO DE LOJAS LEADER S/A  
Nire : 33.3.0026914-2  
Protocolo : 00-2013/339221-0  
CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº  
ED33000425-3/000  
DATA: 10/07/2013  
*[Handwritten signature]*  
Valéria G. M. Serra  
SECRETÁRIA GERAL

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
Nome: UNIAO DE LOJAS LEADER S/A  
Nire : 33.3.0026914-2  
Protocolo : 00-2013/339221-0 - 08/07/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/07/2013. E O REGISTRO SOB O NÚMERO  
E DATA ABAIXO.  
ED33000425-3/000  
DATA : 10/07/2013  
*[Handwritten signature]*  
Valéria G. M. Serra  
SECRETÁRIA GERAL

PÁGINA 2/3 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA UNIÃO DE LOJAS LEADER S.A.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS S.A.**

  
Nome: **MARINA CAROLINA VIEIRA ABRANTES**  
Cargo: **PROCURADORA**

  
Nome: **Alexandre Lodi de Oliveira**  
Cargo: **Diretor**





59 *[Handwritten signature]*

PÁGINA 3/3 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA UNIÃO DE LOJAS LEADER S.A.

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF:

*ulv*

*[Handwritten mark]*